

*Ben*  
*Philip*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 22

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro para a segunda reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último em substituição do titular eleito e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Joaquim dos Santos Abreu, Vitor Manuel dos Santos Martins, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virginia Celeste da Silva Veiga e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir retomou-se a apreciação e discussão da ordem de trabalhos:

**PONTO Nº 2 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1995**

**ESPECIALIDADE**

Aberta a discussão o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente se me desse licença e ainda antes de passar em absoluto ao Objectivo 01, gostaria de tecer alguns comentários. Agora em que o grosso dos comentários ao Plano de Actividades e Orçamento para 95 já foi feito e porque não tive condições para inaugurar o debate, gostaria também de juntar alguns comentários avulsos a este debate sobre assuntos que aqui não foram focados ou se o foram, foram-no sem a profundidade que julgo merecerem. Em primeiro lugar compete dizer em súmula que em termos formais se verificou uma grande melhoria deste Plano e Orçamento relativamente ao ano anterior e sem querer ser vaidoso, penso que essa melhoria se deve muito mais ao passado de trabalho desta Assembleia, (pois pelos vistos não serve apenas para emperrar os trabalhos do Executivo) do que à reformulação de última hora na chefia do pessoal administrativo feita pelo Dr. Girão. A melhoria é mais notória porque se partiu de uma fasquia colocada a um nível muito baixo, falta muito para que o documento agora apresentado seja um documento perfeito, um documento como um município como Aveiro mereceria e

faltam inclusivamente alguns passos para que seja positivo; se o lerem com atenção verificam que inclusivamente omite por exemplo o mapa previsto no anexo IX do Decreto-Lei 341/83 de 21 de Julho, que no ano anterior tinha sido feito e neste foi esquecido e não respeita todas as especificidades do mesmo diploma. No entanto passou do péssimo para o medíocre mais, ou seja, na agora tão popular tabela do Professor Marcelo de Sousa, passou de um três para um nove; este nove é suficiente para ir à oral e é desculpável no Presidente da Câmara há tão pouco tempo em exercício, a quem, segundo ouvimos, o anterior Presidente e agora assessor gratuito, abandonou à sua sorte, não aproveitando sequer as suas semanais visitas a Aveiro para o ajudar como havia sido combinado. Esperamos que se o não fez anteriormente, não o tenha feito para esta reunião. Hoje a postura de normal cidadão que também tem dúvidas e por vezes se engana e o fino trato do Professor Celso Santos, caem segundo creio, bem melhor a esta Assembleia do que a postura do anterior Presidente, às vezes aqui recordada pela pose e actuação de alguns herdeiros fundamentalistas que por cá deixou.

Quanto aos aspectos substanciais, após ler o documento, vêm-me imediatamente à ideia a história daquele miúdo pobre que quando à ceia familiar mastigava os magros restos que haviam sobrado do almoço, fortemente instado pela mãe para agradecer a Deus pela comida, lhe respondeu que não tinha nada a agradecer, pois já o tinha feito ao almoço. De facto este Plano de Actividades e Orçamento tem um ar "déjà vu" e não é preciso descer muito profundamente para o verificar. Se analisarmos a previsão das receitas extraordinárias, verificamos que há pelo menos uma dezena de itens correspondendo a mais de metade das verbas totais, repetidas do Plano anterior, embora alguns tenham alterado os seus valores aparentemente sem explicação, mas estou certo que o Sr. Presidente explicará aqui estas mudanças. A análise desse mapa, que aconselhamos seja feita ao som da canção vira o disco, trouxe-nos porém uma grata surpresa, desta vez a soma está certa. É pena que estes documentos saibam a requeimado porque julgamos ser já tempo de se inverter o modelo de desenvolvimento que ao longo desta última década se vem a seguir para Aveiro e é tempo, embora não se saiba se ainda se vai a tempo de transformar as vantagens comparativas de Aveiro em verdadeiras vantagens competitivas, é tempo de definitivamente dar

alguma prioridade ao futuro, alterando a posição relativamente àquilo que potencia Aveiro, dentro das pequenas cidades de província - a Ria e a Universidade. Sei que é um trabalho complexo e não dá resultados eleitorais imediatos, mas anseio pelo dia em que o verdadeiro Presidente da Câmara de Aveiro aceite o desafio a bem de Aveiro e das suas gentes.

A finalizar, gostaria que me esclarecesse Sr. Presidente, sobre as seguintes dúvidas, de entre as inúmeras que a leitura do documento me fez levantar;

Primeira: o que é que se pretende dizer no segundo parágrafo do ponto seis, transferência de verbas para os SMAS, onde se lê "como o valor das participações a receber das várias obras não são suficientes para a realização das obras do Plano dos Serviços, será necessário transferir mais 217 600 contos, que serão cobrados nas taxas de urbanismo";

Segundo: a previsão de que o saldo da execução do Plano e do Orçamento de 94 é nulo, assenta em alguma base sólida ou indicaram esse valor apenas por indicar?

Terceiro: como se justifica a previsão do pagamento de 44 481 contos de juros, relativamente a um empréstimo de 253 330 contos, contraídos junto da CGD; será que a Câmara efectuou um contrato de empréstimo a treze anos, com uma taxa de juros superior a 17,5% ao ano? e porque é que nesse empréstimo destinado ao Carvoeiro não é indicada a data em que foi efectuado, nem é indicada a taxa inicial e a taxa actual, há alguma coisa a esconder?

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Lourenço Martins dos Santos.

### OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO E ENSINO

Vogal Armando Vieira:

Relativamente a este objectivo, quero apenas perguntar à Câmara, porque diabo é que a freguesia de Oliveirinha e o seu lugar sede ainda não tem a sua pré-primária?



Sr. Presidente há muitos anos como sabe que falamos nesta questão e mais uma vez vemos o lugar sede da freguesia de Oliveirinha relegado para segundo plano. A questão foi colocada atempadamente ao Sr. Vereador do respectivo pelouro e não vejo a freguesia de Oliveirinha contemplada com a pré-primária no seu lugar sede.

Na Escola C+S de Oliveirinha, que me parece ser a parente pobre das C+S's do concelho de Aveiro, espero que este Executivo venha a alterar a postura, porque foi uma Escola de iniciativa do Estado, mas vejo que a zona envolvente desta Escola não tem o tratamento que as outras têm, nomeadamente iluminação condigna, espaços bem arrançados etc, nós estamos ali abandonados à nossa sorte e eu pergunto porque carga de água é que a freguesia de Oliveirinha é descriminada também nesse aspecto.

Vogal Manuel António Coimbra:

Começava por uma questão que é... fala-se e há uma verba orçada para o núcleo escolar de Sá-Barrocas. Eu queria que fosse lembrado se na realidade é previsto no Plano de Pormenor esta escola em Sá-Barrocas, porque penso que ela não estava no Plano de Pormenor que foi aprovado aqui na última Assembleia Municipal.

Um comentário que também queria fazer em relação ao Objectivo 01, é que me parece que há uma melhoria significativamente no Plano no que diz respeito a este objectivo, porque pela primeira vez começo a ver que é política desta Câmara a reparação e a conservação dos edifícios escolares e do equipamento escolar. É a primeira vez que nós estamos a verificar isto, ao contrário daquilo que tem acontecido nos últimos anos em que se tem deixado degradar para construir de novo, há aqui uma clara tendência de que as coisas funcionem ao contrário, é não deixar degradar, mantendo, para que não se gaste tanto no futuro em reparações, em construção de novo, e é de saudar que isto aconteça aqui, é um facto que nós aqui nesta Assembleia já nos últimos cinco anos temos alertado, finalmente que isto aparece no Plano e eu penso que é bastante positivo.

Vogal João Barbosa:

Sr. Presidente, era só para uma lembrança. Aqui na previsão de receitas extraordinárias o Sr. Presidente da Câmara não pôs aqui

aquilo que pensa transferir para a Junta de Freguesia da Vera-Cruz para os acabamentos do Centro de Dia para a 3ª Idade.

Vogal António Salavessa:

Quis saber o que é que está a ser pensado de concreto para a instalação dos Museus da Ria e do Sal.

Não se registando mais intervenções usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por dizer que em relação à intervenção do Vogal Armando Vieira, já por várias vezes se tem abordado o assunto e que a explicação tem sido praticamente a mesma. A Câmara não está motivada por razões que são conhecidas de todos e que se prende com a diminuição da população escolar. Por outro lado também os horários de funcionamento dessas pré-primárias não se ajustam às necessidades dos encarregados de educação. Referiu que a Câmara assentou nesta ideia por ser aquela que lhe é dada a conhecer pela experiência que tem e ao mesmo tempo porque os centros sociais e os jardins de infância serem os preferidos pelas populações, pelo que a Câmara não tem vindo a dinamizar a rede escolar em termos de pré primárias, até porque nalgumas freguesias com população bastante densa, é baixa a frequência média das pré-primárias existentes.

Prosseguindo, disse também que as pré-primárias podem funcionar em edifícios existentes, nomeadamente e no que respeita à freguesia de Oliveirinha a pré-primária poderá funcionar no edifício da Junta de Freguesia, localizado na Feira ou noutra instalação que esteja disponível. Acrescentou que se porventura houver da parte dos Serviços Escolares a orientação e a informação de que há alunos que possam frequentar a pré-primária, a Câmara desenvolverá os esforços necessários junto da Direcção Escolar para nomear uma educadora, podendo este problema ser colocado a todo o tempo; acrescentou que Câmara equipará a sala, e os serviços concerteza que terão alguém para colocar lá, salientando que não há da parte da Câmara qualquer posição negativa em termos da sede da Junta de Freguesia de Oliveirinha, vir a ser ocupada com esse tipo de infraestrutura. Relativamente à construção de um edifício especificamente para esse fim, disse que o assunto poderá ser estudado, advertindo no entanto que a rede escolar em termos de educação pré escolar terá que ser muito cuidadosa.

Relativamente aos problemas de iluminação e arranjo dos espaços envolventes da C+S, disse que a Câmara irá estudar o assunto.

No que se refere a Sá-Barrocas, disse pensar que existe uma zona de equipamento prevista naquela área, prevendo-se aí que possa vir a ser instalado um equipamento que vise o ensino primário ou até outro grau de ensino, no caso da área ser suficiente.

Em termos de manutenção e conservação de edifícios, salientou que houve de facto um esforço maior e uma atenção que é de registar, correspondendo isso à vontade da Câmara e do pelouro e corresponde também a uma diminuição de despesas na construção de edifícios, o que mais facilmente permite acudir financeiramente à conservação ao equipamento e ao bem estar dos edifícios existentes.

Relativamente ao Centro de Dia da Vera-Cruz, disse que já falaram pessoalmente sobre o assunto, no entanto regista a lembrança. Esclarecendo que quando se fez o Plano a informação técnica que foi dada, foi a de que no próximo ano a Câmara já não teria que apoiar a Junta de Freguesia na construção dessa obra. No entanto acrescentou que é sempre tempo de se estudar o problema, estando a Câmara aberta a colaborar no que for possível.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

Usou novamente da palavra o Vogal Armando Vieira, para esclarecer que as duas Escolas pré-primárias da freguesia de Oliveirinha que estão a funcionar estão praticamente lotadas e qualquer delas está agregada às Escolas do Primeiro Ciclo, que têm um número de alunos muito inferior à Escola do Primeiro Ciclo do lugar de Oliveirinha, o que pressupõe que há um número de alunos na pré-primária muito superior até à lotação normal de uma pré-primária. Referiu também que nem todas as pessoas podem pagar a permanência das suas crianças nos Jardins Escola dos Centros Sociais e que as pré-primárias vinham de alguma forma cobrir essa lacuna.

Novamente também no uso da palavra o Vogal João Barbosa, informou que a obra não se encontra concluída, sendo necessário após a sua conclusão dotá-la de equipamento.

## **OBJECTIVO 02 - CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal António Salavessa:

"Desde há muito que a CDU defende que na área do desporto e na área da cultura, que deve haver uma vertente de maior participação nas estruturas promotoras de cultura e desporto, não só em acções individuais que propõem à Câmara a sua realização conjunta, mas que haja uma forma mais organizada dessa participação através de estruturas permanentes ou semi-permanentes que proponham actividades inter associações e actividades em conjunto com a Câmara Municipal.

Vejo consignado neste Plano já alguma preocupação a esse nível, com força diferente; por um lado na área do desporto, está textualmente previsto no Plano a criação de um órgão consultivo de desporto; na área da cultura, prevê-se a participação, sem se prever nada deste tipo.

Queria saber o que é que se está a pensar para esta estrutura ou órgão consultivo do desporto e se não se equaciona para a área da cultura dar-se um passo de tipo semelhante durante o próximo ano de actividades.

Em relação à juventude, a juventude embora sendo considerada na parte quantificada do Plano, com verbas de apoio à semana Aveiro/Jovem e apoio a actividades de associações juvenis, pergunto-me se não era merecedora também de uma abordagem explanada em termos de objectivos para o ano e se não era também de equacionar aqui ao nível da juventude, também uma forma participada de ligação às associações juvenis."

Vogal Custódio Ramos:

"Vejo incluído neste objectivo um concurso de ideias e a hipótese de se construir um monumento à Força Aérea. Numa primeira fase estão previstos dois mil contos, pressuponho que o Executivo quando deliberou tomar esta iniciativa lhe ocorreu do mérito e demérito da Força Aérea para que tenha um monumento na cidade de Aveiro. Isso pode causar invejas a outras forças militares e militarizadas e como eu gosto de ser imparcial, gostaria que de facto o Executivo justificasse a esta



Assembleia e explicasse do mérito e demérito dessa entidade que vai ter a honra de um monumento na nossa cidade.

A propósito da aquisição do Teatro Aveirense para o qual está prevista uma verba de setenta e cinco mil contos, perguntava ao Executivo se efectivamente essa verba é consentânea com as negociações que estão previstas e com a comparticipação óbvia da Secretaria de Estado da Cultura e se tais negociações estão bem encaminhadas e se podemos a breve trecho dizer que finalmente o Teatro Aveirense é propriedade do Município.

Perguntaria também se me permitissem, nos informassem sobre outros edifícios de que se houve falar por vezes na comunicação social, designadamente a Capitania e porque não o edifício do BIA, que está desactivado e a população aveirense está interessada em saber se de facto o Município será candidato, se tem projecto e se tem interesse nesse edifício, não direi para a área cultural porque os espaços para esta área parece que já são os suficientes, pelo menos os que estão delineados, mas porventura para outros fins em que talvez o edifício do BIA possa ter interesse para o Município."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, neste Objectivo e no que à Cultura diz respeito, duvido que com mil contos possamos dinamizar os núcleos museológicos das freguesias, mas pronto é um princípio, vamos ver quanto é que toca à minha freguesia.

No programa raízes, que me parece equilibrado e que é uma boa aposta, na sua componente financeira também penso que estará mais ou menos equilibrado, falta saber do grau de exequibilidade deste programa e aí penso que estará esse objectivo dependente de todos nós. No que ao desporto diz respeito, desejaria saber onde vão ser construídos os Pavilhões das C+S? se são Pavilhões ou ginásios? e qual o calendário previsível dentro do ano de 95 de execução destes Pavilhões ou ginásios e o que toca à freguesia de Oliveirinha e quanto?

Quanto à Pista de Atletismo o Sr. Vereador apresentou um bom trabalho, o programa "Olimpo", mas depois analisamos o Plano de Actividades e não vimos aqui nada do programa "Olimpo". Pergunto qual a dotação para além da mera manutenção, dos míseros seiscentos contos que recebemos por ano para manutenção, qual a dotação financeira para

proceder à recuperação que urge, já tarda há muitos anos, e se as propostas no âmbito do programa "Olimpo", uma vez que não estão consideradas, quando estarão?"

Vogal Manuel António:

"Em relação à Cultura, gostaria de afirmar que verifica-se que há realmente uma alteração significativa no que diz respeito à Cultura em relação àquilo que nos tem vindo a habituar nos últimos anos esta Câmara. Quase que poderia dizer que começa a haver um esboço de uma certa política de cultura por parte desta Câmara Municipal, coisa que eu acho que não tinha acontecido nos últimos anos, uma vez que apoiavam-se actividades desgarradas. Parece-me que agora que se começa a querer formar um todo, com um princípio, um meio e um fim.

Há certas questões que eu queria colocar e uma delas é uma coisa que eu já tenho vindo a reparar várias vezes e tenho alertado para o facto. Parece-me que a Feira do Livro é o patinho feio das exposições em Aveiro, mais uma vez a Feira do Livro sai prejudicada, isto porque tem tido dotações da ordem dos mil e quinhentos contos, este ano tem uma dotação da ordem dos seiscentos contos. Parece-me que é uma redução drástica para uma Feira que considero moribunda há vários anos e em vez de estarmos a dar um puxão para cima, estamos a passar uma certidão de óbito.

Outra questão que considero positiva e que tem sido aqui muito referida por nós, é em relação àquilo que a Câmara afirmava que conhecia os hábitos culturais e práticas de lazer da população de Aveiro. Ainda bem que agora a Câmara já não sabe quais são esses hábitos culturais e essas práticas de lazer da nossa população e por isso vai fazer um levantamento. Acho que isso é o ponto de partida para nós podermos ter as tais áreas de lazer que reclamamos há muito tempo para a nossa cidade.

No que diz respeito ao desporto, gostaria de fazer uma pergunta: em relação aos Pavilhões das C+S, está orçada uma verba bastante substancial, queria saber se já estão previstos quais são os Pavilhões que vão ser construídos.

Há também várias pequenas verbas que são atribuídas a Pavilhões de outras colectividades; queria perguntar se esse apoio a esses Pavilhões já vêm com o novo programa "Olimpo" ou se isto ainda

vem do passado, foram promessas que se fizeram e ainda não têm nada a ver com o programa "Olimpo".

Por outro lado queria congratular-me, apesar desta rubrica não ser ainda bastante completa para a Juventude, parece-me que é um bom princípio."

Vogal Custódio Ramos:

"A Câmara para além do Boletim Cultural que publicava e está aqui a continuar a publicar, costumava também publicar o Informativo. Perguntava à Câmara se desitiu dessa publicação pelo facto desta Assembleia ter imposto no Regimento que as suas deliberações, na medida em que têm aplicabilidade e influência externa, têm obrigatoriamente que ser publicadas, e uma das normas por exemplo que era obrigatório publicar era o próprio Regimento da Assembleia Municipal, que seria logo a primeira publicação a fazer nesse Informativo. A Câmara não publicou o Boletim, logo não publicou até hoje nenhuma deliberação nesta matéria. Em suma, era uma explicação à Assembleia sobre este tema."

Vogal Raul Martins:

"Era só para fazer uma observação, dei-me ao cuidado de trazer o Plano de Actividades e o Orçamento do ano anterior... por exemplo, aqui encontram-se coisas interessantes que é assim: o ano passado dizia-se - Centro Cultural e de Congressos Jerónimo Pereira Campos 80 mil contos; este ano diz-se: Equipamento do Centro Cultural e de Congressos Jerónimo Pereira Campos 80 mil contos; depois diz-se: Aquisição e Recuperação do Teatro Aveirense; este ano diz: Aquisição e Recuperação do Teatro Aveirense 75 mil contos, aumentou cinco; depois diz: o ano passado dizia: Reconstrução da Casa Eça de Queirós, em Verdemilho - 2000 contos; este ano diz: Recuperação da Casa Eça de Queirós em Verdemilho e Casa de Chá do Parque 2000 contos. Como no ano passado estavam previstos para a Casa de Chá, para a recuperação e exposição permanente de azulejaria 1500 contos, quer dizer que sobram 500 contos para a reconstrução da Casa de Eça de Queirós?"

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente, sobre este Objectivo duas pequenas anotações, uma delas relativa a um assunto já aqui abordado outro ainda não. A primeira tem a ver com a questão das Feiras e concretamente



como já foi colocado com a questão da Feira do Livro, que exprime uma opinião muito pessoal, creio que todos os eventos que ocorrem em termos do Parque de Exposições é claramente aquele que do meu ponto de vista, desculpar-me-á quem não concorde, menos êxito tem conseguido alcançar. Creio que a isso não será alheio, tanto quanto sei, o facto dos próprios agentes directos estarem pouco receptivos e pouco sensibilizados para a questão da Feira do Livro, mas gostava de saber concretamente se a Câmara continua na disposição de continuar a patrocinar e a apoiar um certame que eu creio que deixa muito a desejar, nomeadamente desde logo quanto à questão das adesões que tem suscitado.

A segunda questão tem a ver com a parte relativa ao Desporto. Relativamente ao Desporto, queria começar por saudar a inovação do Programa "Olimpo". O Programa "Olimpo" do meu ponto de vista constitui a primeira manifestação política coerente do Executivo Camarário. Conhecem-se as regras, as regras são públicas e fica-se a saber as linhas com que os agentes desportivos podem contar. Mas em relação à parte do Desporto, a questão que eu tenho a colocar é a seguinte: - constata-se que por uma política que tem vindo a ser seguida, o concelho está hoje servido de uma rede de infraestruturas desportivas muito razoável, praticamente na generalidade das freguesias existem Pavilhões ou áreas desportivas; a nível concelhio existem outras áreas e outros locais desportivos de uma dimensão que eu considerava média, mas estou convencido que começa a faltar a Aveiro a grande área desportiva municipal, uma grande sala municipal, que eventualmente polivalente possa vir a servir os diferentes agentes desportivos desta cidade. Sala polivalente que pudesse ser utilizada não só pelas colectividades locais desportivas por alturas dos grandes acontecimentos, mas que pudesse eventualmente também fazer vir para Aveiro realizações internacionais para as quais infelizmente não estamos preparados, Aveiro não tem do meu ponto de vista neste momento uma infraestrutura suficientemente capaz para receber uma grande manifestação internacional, um Campeonato da Europa, um Campeonato do Mundo, seja de que modalidade for. A questão que eu coloco é esta - numa altura em que a rede primária de infraestruturas desportivas já está razoavelmente coberta em termos concelhios, a questão que eu coloco é a de saber se está nos horizontes camarários começar a dar alguns passos



no sentido de Aveiro vir a ser dotado dessa grande sala desportiva polivalente, que eu creio que começa a fazer falta."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim Abreu.

Vogal Nuno Tavares:

"Folgo muito em ouvir o meu querido amigo Dr. Pedro Dias, porque há cinco anos que eu falo nisto. Infelizmente não fui ouvido, tenho esperança em que uma voz da maioria tenha mais força do que uma voz da oposição; não sei é se iremos tarde ou se de facto a antecipação da Câmara de Vagos não nos terá tirado de alguma forma essa possibilidade, porque de facto dois Pavilhões com essas características, com essa dimensão, tal como eu sempre sugeri e imaginei, não sei, a tão pequena distância um do outro, se isso não será porventura neste momento demasiado.

Quando falamos em desporto, em tempos livres, em juventude, talvez por deformação profissional sinto-me obrigado a falar no seguinte: penso que estamos a pensar em facultar à nossa juventude comportamentos alternativos que afastem do maior flagelo do nosso tempo que é como todos sabemos a droga. O distrito de Aveiro é uma realidade já de há muito preocupante, o nosso concelho não foge naturalmente à regra. Da parte da Câmara tenho muito gosto em afirmar aqui, que tem havido a nível dos Srs. Vereadores, Maria da Luz e Nogueira de Lemos, uma grande abertura para esta questão, em termos de colaboração. No entanto não vejo consagradas iniciativas que tenham em conta a prevenção primária do problema. A prevenção primária da toxicodependência passa por se criarem alternativas aos jovens em termos de ocupação dos seus tempos livres. A minha pena é que este Plano de Actividades não concretize expressamente uma articulação que seria muito desejável e para a qual eu estou perfeitamente e incondicionalmente disposto, uma colaboração com a acção que o Projecto Vida tem desenvolvido. Faço votos para que em 95 isso seja possível e reitero toda a minha disponibilidade para colaborar com a Câmara.

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente, muito rapidamente para um pequeno esclarecimento.

É evidente que eu creio que durante muito tempo pairou um pouco sobre quem estava mais directamente ligado a estas coisas do desporto, um bocado o estigma ou o mito ou a sombra do Pavilhão de Vagos. Do meu ponto de vista se alguma coisa está mal é aquele Pavilhão em Vagos, perdoem-me que o diga; do meu ponto de vista este tipo de obras só podem ser prespectivadas tendo inclusivamente uma certa componente ou uma certa vocação intermunicipal, que claramente o de Vagos nunca pode ter, porque está lá na ponta. Diz o Dr. Nuno Tavares e muito bem, " está lá" mas o facto de lá estar, não quer dizer que uma zona ou um concelho como Aveiro, que é um polo nomeadamente relativamente a outros concelhos aqui muito limítrofes onde existe actividade desportiva muito desenvolvida e este tipo de iniciativa não pudesse ter validade, até porque o Pavilhão de Vagos apesar de ser um grande Pavilhão desportivo, não é claramente uma sala polivalente, que tanto dá para a realização de um bom espectáculo musical, como de uma boa prática desportiva. Portanto a minha questão vai mais para este tipo de investimento do que propriamente para um Pavilhão desportivo, porque esse temos, não temos é uma sala polivalente que dê entre outras coisas, também para a prática desportiva."

No uso da palavra o Vogal João Barbosa, quis saber se as Piscinas do Sporting Clube de Aveiro, vão arrancar em 95 com este Plano de Actividades e ainda se o Conselho Consultivo do Programa "Olimpo" já está constituído e quais as pessoas que fazem parte e se dele faz parte algum Presidente de Junta.

Vogal Cruz Tavares:

"Os anteriores Planos de Actividades e Orçamentos de anos já recuados e a própria actividade da Câmara tem privilegiado não sabemos bem porquê uma atenção especial à Força Aérea. Actualmente na Câmara há um Vereador da Força Aérea, mas o assunto é muito delicado, porque Aveiro não tem só algum respeito e alguma memória a preservar em relação à actividade da Força Aérea, mas também os outros ramos das Forças Armadas podem ter de facto algum ciúme e no caso particular do Exército, há uma tradição em Aveiro que não tem sido contemplada. Já não falo da Marinha, onde está sediada uma unidade permanente, mas em relação ao Exército eu devo lembrar que por exemplo a cidade foi muito marcada, especialmente as Freguesias da

Glória e da Vera Cruz, por ter cá sediado os quartéis de Cavalaria e Infantaria. Não somos contra a consagração desta homenagem à Força Aérea, mas este acentuar do relevo dado e devido à Força Aérea, parece-me ser delicado."

Vogal Vitor Mangerão:

"Pois eu proporia que se calhar para economizar discussões e verbas, se arranjasse um monumento às Forças Armadas em geral e ficava o problema reservado, inclusivé a reservistas, a ex-oficiais da Força Aérea, da Marinha etc., ficavam todos englobados e ninguém ficava com a susceptibilidade ferida.

No entanto coisas que me parecem prioritárias e mais importantes, é por exemplo a definição de algumas grandes questões. Eu bem sei que esta oportunidade que nos é dada pelo Plano, é precisamente uma oportunidade difícil de aproveitar dada a extensão da matéria, mas tentemos aflorar algumas questões, relacionando sobretudo o que não se diz nos breves textos de introdução, mas aquilo que aparece nas verbas orçamentadas. Relacionando as coisas há aqui algumas dúvidas que eu gostaria de ver esclarecidas:

Em primeiro lugar a questão dos museus - quando a Sr<sup>a</sup> Vereadora a quem o pelouro está entregue, apareceu aqui vai agora fazer um ano, deu-nos uma brilhante lição de museologia, foi extremamente elogiada, houve quem ficasse de boca aberta, e deu-se-lhe o benefício do estado da graça. Cá estamos com um ano feito e passado um ano aquilo que há é apenas verbas destinadas, uma à conclusão do projecto da instalação dos primeiros núcleos dos Museus Municipais, da República e da Cidade, e o início dos trabalhos. Isto quanto aos chamados Museus Municipais que há um ano não sabia que ia existir, porque inclusivé está aqui englobado o Museu da República. É um projecto tanto quanto eu sei que tem a sua delicadeza porque envolve uma grande intervenção pessoal, baseia-se essencialmente na possibilidade de através de um protocolo ou de uma fundação específica, um determinado escopo familiar ser doado à cidade para estar a servir de base a esse Museu, não sei em que ponto está isso e gostava de saber.

Quanto ao Museu da cidade não sei que espécie de Museu é que está a ser pensado e isso para mim também é um assunto delicado, até porque envolve outra coisa ainda pior na minha opinião, que é este



programa museológico para a Ria o Eco-Museu do Sal etc, estão previstos aqui dez mil contos, gostava de saber se isto significa que existe um estudo feito, uma decisão tomada em relação àquilo que se considera adequadamente chamar Museu do Sal um Eco Museu.

A questão da aquisição e recuperação do Teatro Aveirense, para mim o problema não é estar aqui uma verba de 75 mil contos, ou uma verba de 150 mil ou de 200 mil contos, porque a questão do preço discutir-se-á no momento próprio. Para mim o problema é que se esteja a antever uma verba, o que pressupõe a aposta na aquisição em primeiro lugar e o que eu quero dizer é que já se está a prever a aquisição sem que exista um estudo efectivo daquilo que deve ser amanhã o aproveitamento efectivo e rentável do Teatro Aveirense e quando digo rentável não é rentável só em termos económicos, mas da sua utilização enquanto centro de utilização cultural sob a égide da Câmara Municipal. Esse estudo que eu saiba não existe e não é uma perspectiva meramente utilitarista ou mercantilista que me faz levantar este problema, é uma perspectiva muito séria que tem a ver com a visão global das verbas que por aqui andam disseminadas, afinal de contas está aqui outra verba que não é tão pequena como isso e que se junta a verbas que já vêm de trás, para aplicação no Centro Cultural, que não é brincadeira nenhuma, apesar de simultaneamente não estar aqui previsto por exemplo nada que diga respeito à transferência das colectividades culturais para esse Centro.

Eu pergunto qual é a visão global quanto a infraestruturas culturais de primeira qualidade, onde é que está esse estudo feito que permite integrar justificadamente o dispêndio de verbas tão grandes, sob pena de amanhã estarmos com uma inflacção de espaços destinados à cultura e não termos cultura para enchermos tantos espaços.

A questão que eu aqui acho muito interessante é que se continue a chamar às Piscinas do Beira-Mar, Piscinas do Município. Na verdade esta Câmara Municipal não tem Piscinas. As do Município são as do Beira-Mar, eu sei porque é que isso aconteceu e até posso dizer que em boa verdade poder-se-á justificar, o que eu não posso admitir é que se diga do Município a Piscinas que pelo preço brutal que levam pela sua utilização são tudo menos Piscinas ao serviço da tal profilaxia preventiva, dos tempos livres, da malta nova, dos turistas que estão cá de passagem, dos velhos etc. A Câmara sabe quanto é que paga um garoto que queira



no Verão ir tomar um banho na Piscina? a Câmara sabe? faz parte do protocolo? a Comissão de gestão da Piscina onde estão elementos da Câmara integrados tem-se preocupado com isso? o lado municipal da Piscina está a ser preservado suficientemente?

A questão finalmente da grande infraestrutura desportiva, parece-me uma concepção ultrapassada, só destinada a ser grande infraestrutura desportiva para grandes festas internacionais. Eu lembro que Vagos está ali, Anadia está ali, e que eu saiba Anadia tem usufruído de uma efectiva utilização para competições internacionais e está uma outra grande infraestrutura que ninguém está a falar ainda e que vai entrar em situação muito rapidamente e essa sim faz-nos pensar e que é a do Europarque. O que eu queria dizer era o seguinte; já ninguém faz grandes Pavilhões para serem grandes Pavilhões Desportivos, é uma loucura de dinheiro o que custa um grande Pavilhão e tem que se perguntar primeiro muito vem, se é o momento, se se pode dispendir esse dinheiro, o que é que bem em troca, porque hoje o que se faz é a utilização de grandes espaços polivalentes também para a prática de grandes provas desportivas, por exemplo a Expo 98, já se sabe que aquele grande espaço vai ser transformável em espaços para utilização desportiva de grande gabarito a exemplo daquilo que se faz no estrangeiro, hoje já ninguém faz estruturas desportivas de raiz como antigamente, porque isso já não corresponde à economia do momento, nem sequer à forma como as pessoas aderem ao desporto neste momento."

Vogal Rosa Pires:

"Não pode deixar de surpreender que o programa da juventude não tenha merecido uma única palavra. Há de facto três mil contos destinados a duas iniciativas, mas não tem texto nenhum, suponho que é bem evidente a ausência de um discurso no bom sentido da palavra, não há a mínima análise, a mínima reflexão do problema da juventude. Há um total vazio em relação à questão da juventude. Julgo que este Plano muito embora tendo algumas vantagens, não constitui de forma nenhuma uma estruturação de linhas de orientação no futuro, tendo em vista uma política de apoio à juventude."

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente!"

Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente da Câmara tem a palavra... um momento, óh Dr. João Pedro, se é em relação ainda ao Pavilhão, acho que as ideias já estão expressas, mas de qualquer maneira faz favor, muito rapidamente."

Vogal Pedro Dias:

"Não era Sr. Presidente, embora lateralmente pudesse ser, mas deixe-me tocar em dois aspectos fundamentais.

Em relação à intervenção do Sr. Dr. Vitor Mangerão: as Piscinas; é evidente que uma Piscina é municipal; uma Piscina é do Beira-Mar, outra é municipal. O que é verdade é que o protocolo que rege a sua utilização já terminou e está na altura de eventualmente ser renegociado.

Só sobre o Pavilhão, muito rapidamente, eu subscrevo o que o Dr. Vitor Mangerão disse, o mal está nos outros que criam Pavilhões que só servem para a prática desportiva, porque o que eu entendo é que o que falta em Aveiro é precisamente uma sala polivalente que entre outras coisas sirva para a prática desportiva, porque o que é certo é que nós continuamos a não ter essa instalação."

Vogal Raul Martins:

"Protesto pela forma como estão a ser conduzidos os trabalhos, deixando nomeadamente que a bancada do CDS e do PSD, falem de uma coisa que de forma nenhuma pode ser encontrada no objectivo que neste momento estamos a discutir. Demagógicamente introduziu-se aqui o problema de um novo Pavilhão, que não tem qualquer cabimento orçamental, portanto é perfeitamente descabido aqui."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Fernando Marques.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara entre outros, prestou vários esclarecimentos, nomeadamente no que respeita ao Museu da Ria, disse que todo o processo está a ter a continuidade do relacionamento criado entre a Câmara Municipal, JAE e a Universidade, para efeitos da utilização das instalações da actual Lota, para ali ser instalado o Museu da Ria. Existem um protocolo celebrado com a Universidade, estando esta interessada também na utilização de um espaço naquele local. Não aconteceu absolutamente nada desde a data que se fez a primeira referência na medida em que a Lota não transferiu as suas instalações como estava previsto.

Prosseguindo, informou também que a Comissão Consultiva de Cultura está criada e funciona.

Relativamente à questão do edifício da Capitania do Porto de Aveiro, disse tratar-se de um edifício que ameaça ruína e que a Câmara se tem preocupado em resolver este problema, todavia os custos da sua aquisição tem feito com que não tenha sido tomada qualquer decisão relativamente àquele edifício, pois só a sua recuperação envolve verbas superiores a cem mil contos e como tal são verbas que têm que ser discutidas com o poder central, aguardando-se também a vinda à Câmara de um representante da Marinha para dialogar sobre esta matéria.

No que respeita ao Teatro Aveirense, disse tratar-se de um processo que já vem de vários mandatos, que se tem vindo a dialogar e que o grande interesse da parte da Câmara é não deixar que aquele património deixe de existir, sendo este o principal interesse da Câmara. O Centro Cultural não tem um palco com a dimensão do Aveirense, não sendo por isso possível naquele Centro Cultural, fazer um bom espectáculo de Teatro e Variedades, porque o palco não está adaptado para esse fim.

No que respeita à transferência de instalações das associações existentes, cada uma no Centro Cultural tem reservado o respectivo espaço.

Relativamente às instalações do Bia, disse que, em presença de vários interesses naquelas instalações, a Câmara Municipal contactou o Ministério da Defesa onde colocou o interesse da autarquia em adquirir aquelas instalações. Acrescentou que não há nada de definitivo, apenas se tem trocado algumas impressões sobre a hipótese da Câmara Municipal vir a adquirir o BIA. Disse pensar, que a concretizar-se esta operação, seria uma forma de uma só vez a Câmara resolver os problemas das instalações dos Serviços. A Câmara está em contacto com o Ministério da Defesa, todavia neste momento não tem ainda nada de concreto que possa trazer a esta Assembleia com vista à sua aquisição.

No que se refere ao Boletim Informativo, esclareceu que de facto não tem havido Boletim Informativo, não pelas razões que foram apontadas e que o mesmo terá que ser retomado noutros moldes diferentes.

Relativamente à Feira do Livro, informou que a mesma já há alguns anos que não é feita pela Câmara Municipal, mas sim pelos Livreiros. A Câmara tem-se limitado apenas a dar algum subsídio para apoiar os Livreiros para virem expôr. Criou-se uma Associação para dar força e vida à Feira do Livro, todavia esta morre a seguir. A única solução que disse ver pela experiência que tem é de que deve abandonar-se a posição tomada de que só os Livreiros de Aveiro devem ir à Feira, mas sim trazer-se os Editores a nível Nacional. Referiu que a verba inscrita é simplesmente para fazer uma cobertura das despesas com a própria animação.

Relativamente ao Projecto Vida, salientou o entusiasmo da Câmara em apoiar este projecto.

No que se refere à questão do grande Pavilhão polivalente, disse que este ano não está prevista qualquer verba e que a Câmara está mais interessada em criar a grande área desportiva de Azurva e entretanto depois seleccionar aquilo que ali deve ser colocado.

Quanto às Piscinas do Sporting, há de facto uma referência no Plano, por ter sido anunciado que haveria verbas no PIDAC para o arranque dessas Piscinas, nos terrenos que são do clube por trás das Escolas da Vera-Cruz.

Relativamente à Piscinas, disse que a Piscina ao ar livre é mesmo municipal e que a gestão conjunta criada por um protocolo entre a Câmara Municipal e o Beira Mar, é que poderá estar a funcionar mal e não estar atenta aos problemas que aqui forma levantados e por isso caberá ao Sr. Vereador do pelouro, dinamizar, penetrar nessa gestão e animá-la.

Finalmente e no que respeita ao monumento à Força Aérea, disse que a proposta parte de um Vereador da Câmara, mereceu alguma aceitação da parte de toda a Câmara e daí estar inscrito no Plano.

Vogal Custódio Ramos:

"Era uma achega ao Sr. Presidente da Câmara, quanto à negociação do BIA. Queria dizer-lhe que nos arquivos da Biblioteca Municipal, existem documentos que provam que aquele edifício não foi pago pelo Estado, mas sim através de um peditório a nível regional, através de venda de senhas e como tal foi o povo que pagou o edifício e isso constitui um argumento para a negociação."



### OBJECTIVO 03 - ACÇÃO SOCIAL

Vogal Armando Vieira:

"Quero aqui louvar a Câmara e mais uma vez na pessoa do Sr. Presidente, porque finalmente... a verdade é esta, a freguesia de Oliveirinha foi discriminada vergonhosamente durante vários anos; penso que esta Câmara no seu todo estará empenhada em corrigir essa situação e faço votos que assim seja. Vejo finalmente consagrado no Plano de Actividades da Câmara o edifício polivalente que a freguesia há tantos anos desejava e queria saber qual o limite temporal de execução desta obra de importância vital para a população da freguesia de Oliveirinha."

Vogal Nuno Tavares:

"Sr. Presidente, reforço só o que tive ocasião de dizer na intervenção que há pouco fiz relativamente a iniciativas no âmbito da Juventude e dos Tempos Livres, que se articulam do meu ponto de vista perfeitamente com o Objectivo da Acção Social. O Projecto Vida, tem actuado com o empenhamento e o interesse do Sr. Governador Civil, em articulação com muitas autarquias do distrito e em 94, houve ocasião de actuarmos articuladamente, Projecto Vida e Câmara Municipal de Aveiro, numa acção lançada na freguesia da Glória, que teve em vista a ocupação de Tempos Livres por parte de Jovens e Adolescentes daquela zona, e foi com muita satisfação que tive a comunicação por parte de responsáveis das Forças de Segurança distritais, que naturalmente graças a essa acção a delinquência e a criminalidade, baixaram substancialmente este ano, relativamente aos outros anos."

Entretanto saíram da sala os Vogais João Tavares Duarte e Martins de Carvalho.

Vogal António Salavessa:

"Em relação a este Objectivo, apenas duas considerações: uma delas é no seguimento do que acabou de dizer o Dr. Nuno Tavares. Entendo que devia merecer por parte deste Plano, uma consideração especial, o estabelecimento de programas de intervenção social multidisciplinar não da responsabilidade de entidades de solidariedade social, mas da própria Câmara, de intervenção nos pontos mais sensíveis

no concelho, designadamente nas áreas de habitação degradada e bairros de habitação social, em que este tipo de problemas se colocam e mesmo que haja intenção de as considerar nos "diversos", em minha opinião deveria ter uma consideração específica, com programa próprio dentro do Plano de Actividades deste ano.

A segunda questão, tem a ver com uma obra que tive o grato prazer de conhecer em S. Bernardo, a obra do Centro de Dia para Idosos, que está a ser construída pela Comissão Fabriqueira, obra que tivemos também o grato gosto de apoiar financeiramente através da verba que recebemos das nossas senhas de presença e que fizemos reverter uma parte para a construção deste Centro de Dia e que não vejo consignado no Plano de Actividades, o apoio a uma obra meritória que necessita de um apoio explícito por parte da Câmara Municipal."

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, relativamente a este ponto e porque a Acção Social para 95 vai sofrer uma redução de 4500 contos, relativamente ao ano anterior e dadas as enormes carências do nosso concelho em matéria de apoio à infância, à terceira idade, aos deficientes e aos toxicodependentes e a outras pessoas marginalizadas e excluídas da sociedade, apresentei na Mesa uma proposta de reforço das verbas inscritas no Orçamento, sob o título de "Acção Social" no montante de 40 mil contos, a ser distribuído de forma justa e equilibrada pelas diferentes obras e instituições de solidariedade social. Gostaria também de dizer que estranhei o facto de algumas obras muito importantes que estão a ser desenvolvidas no concelho, nomeadamente a obra do Sr. Padre Félix em S. Bernardo, não ter sido contemplada com o apoio financeiro da Câmara Municipal para 95 e essa como outras são obras que justificam perfeitamente um apoio da Câmara àquilo que está a ser feito".

Não se registando mais intervenções, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para se referir ao problema do Pavilhão de Oliveirinha e esclarecer que a Câmara apoiará todos os esforços que vierem a ser desenvolvidos no âmbito desta matéria, e que, sempre que a Câmara disponha de verbas, a freguesia de Oliveirinha merece a mesma consideração que merecem as outras freguesias.

Relativamente ao Projecto Vida, salientou que a Câmara está aberta a novos trabalhos. Acrescentou também que não fazem parte deste

Plano, programas de intenção em termos de intervenção social da responsabilidade unicamente da Câmara, já que pensa que a Câmara estaria a ir um pouco além daquilo que pode, isto porque não tem serviços sociais devidamente estabelecidos que possam assumir a concretização de programas próprios; a Câmara conta apenas com três Assistentes Sociais que vão de facto permanentemente assistir às zonas habitacionais mais degradadas. Acrescentou ainda que, criadas melhores condições em infraestruturas nas quais o Plano até aposta mais intensamente, nomeadamente saneamento e rede viária, estará perto de facto o dia em que Câmara poderá dedicar-se mais a este sector da acção social; por isso, disse ser de opinião que não seria correcto estar a colocar no Plano vários programas que naturalmente não seriam facilmente exequíveis por parte dos Serviços por não estarem vocacionados para isso. A Câmara deve-se preparar primeiro e só depois então avançar nesse processo.

No que se refere ao Centro de Dia de S. Bernardo, esclareceu que o mesmo não está esquecido, uma vez que existe uma verba para apoio a instituições de solidariedade social.

A finalizar, disse que aceitava a proposta agora apresentada e que achava interessante a participação dos Srs. Deputados que se referem com tanto cuidado a este sector, e se eventualmente vier a ser necessário, nada custará fazer uma alteração e reforçar este sector.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa leu a proposta de recomendação apresentada pelo Vogal Olinto Ravara, cujo teor se transcreve:

#### PROPOSTA

" Considerando que o Concelho de Aveiro apresenta ainda graves carências no domínio da Acção Social, mormente no apoio à infância, aos idosos, aos deficientes e aos toxicodependentes;

2. Considerando ainda que o Orçamento da Câmara Municipal contempla duas dotações Provisionais no montante global de 82.525 contos,

Os membros presentes na Assembleia Municipal recomendam à Câmara que:

1º - Seja reforçada a dotação inscrita no Orçamento da Câmara Municipal para 1995 a título de Acção Social, no montante de 40 mil contos, por contrapartida da redução da dotação provisional para

despesas correntes, no montante de 10 mil contos, e da redução da dotação provisional para despesas de capital, no montante de 30 mil contos.

2º - A verba ora transferida para a Acção Social seja equitativamente distribuída pelas Instituições e Obras de carácter social existentes no concelho."

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu a proposta à admissão do plenário; feita a votação veio a mesma a ser admitida por vinte e oito votos a favor e duas abstenções.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos: "Sr. Presidente, não tem sido "praxis" desta Assembleia fazermos este tipo de propostas, apesar disso votei a favor da sua admissão, porque considero que a ideia é de aplaudir, penso que a própria Câmara lhe dará o mérito que ela merece, no sentido de ter em conta a ideia do apoio aos toxicodependentes e outros indivíduos carecidos, no objectivo em discussão; todavia com esse preciosismo técnico que a mesma encerra, penso que a proposta não deve ter aceitação, isto é, penso que a Câmara pode e deve implementar a ideia, mas na medida e na forma que julgar que a proposta mereça e no quadro das suas competências e atribuições e não com esse preciosismo técnico que a proposta contém, portanto eu na generalidade voto a favor da ideia mas estou contra a inserção meticulosa da questão no Orçamento pelas razões que referi."

Vogal António Salavessa:

"Também considero que não tem sido prática desta Assembleia estar a proceder a recomendações quantificadas. A partir do momento que a lei das atribuições e competências dos órgãos do poder local, retirou à Assembleia a capacidade de alterar o Orçamento e o Plano de Actividades, reservou para a Câmara esse poder com o apoio das forças políticas que então votaram essa alteração legislativa, a responsabilidade da Câmara passou a ser quase total na sua elaboração, daí que nós estamos aqui representando forças políticas. É preciso saber qual é o momento certo para cada força política, para intervir no sentido de determinadas correcções. Não considero que seja admissível que uma força política que tem dois Vereadores na Câmara Municipal, escolha e que tem por isso mesmo possibilidade de intervir na Câmara Municipal no sentido de produzir determinadas alterações, e sem que eu tenha



conhecimento que tenha havido um voto de vencido por este tipo de alteração ter sido introduzido, que surja agora na Assembleia outra coisa que não seja uma recomendação a ter em conta numa eventual primeira alteração. Portanto por razões de coerência e para que isto não seja um mero exercício de demagogia, para que se diga que fulano ou a força política tal votou desta ou daquela maneira, quando perdeu oportunidade de o fazer, não posso estar de acordo com esta proposta."

"Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, trata-se efectivamente de uma proposta de recomendação e não de uma proposta de alteração ao Orçamento ou ao Plano de Actividades, que de facto não poderia sequer ser admitida pela Mesa, porque não é Regimental. É uma intenção que é posta à discussão e à votação dos presentes, para ser aplicada na medida do possível, posteriormente à aprovação deste Orçamento e deste Plano de Actividades. Não vejo que haja qualquer inconveniente, nem o facto de ser a primeira vez que tal se faz ou pelo facto de já ter sido o Plano de Actividades e o Orçamento votado na Câmara e portanto votado por todos os Vereadores de todos os partidos, isso não é razão ou argumento suficiente para que esta Assembleia não se possa pronunciar sobre todos os assuntos que entenda serem da máxima importância para aqui serem discutidos."

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente, muito rapidamente e sem querer emitir qualquer tipo de juízo de valor, diria que as razões que determinaram o nosso voto positivo são justamente as mesmas que levaram outras bancadas a anunciar o voto negativo. Nós entendemos que esta Assembleia não tem poderes obviamente para alterar os documentos que nos são presentes; agora entendemos que esta Assembleia tem através da aprovação de uma simples recomendação, que depois a Câmara naturalmente como entidade soberana na execução do Orçamento, dar-lhe-á o destino que entender. Pensamos e entendemos que é uma possibilidade de a própria Assembleia, não direi de contornar a lei, porque não é disso que se trata, mas relativamente a um assunto muito concreto e relativamente a um assunto muito específico, deixar vincada a sua posição. Porque se trata de uma recomendação, nós votámos a sua admissão e vamos votá-la favoravelmente."

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, parece que se pode concluir das intervenções sobre este assunto que a ideia de uma recomendação e sobretudo de um reforço da verba destinada à acção social, foi acolhida favoravelmente. É essa a questão que no fundo motivou a apresentação dessa proposta. Tenho que reagir de facto à apelação de demagogia e de outras coisas que foram ditas, de oportunismo por exemplo, pelo facto de realmente os Vereadores desta força política, não terem intervindo na altura própria corrigindo esta eventual falha do orçamento, e há que assumir isso. Os Vereadores desta bancada não perceberam na altura própria a profundidade desta falha, mas assumimos que em determinadas alturas, para remediar alguns erros e alguns esquecimentos vale a pena ser demagogo e ser oportunista. É esta a minha posição e por isso nós vamos votar a favor desta proposta."

Vogal Élio Maia:

Sr. Presidente, era só para subscrever as palavras que os Vogais Salavessa e Olinto Ravara, tiveram em relação ao Centro de Dia. É uma obra que completa o ciclo iniciado pelo Padre Félix, em relação ao conjunto sócio-religioso que a Paróquia constrói.

Em relação à proposta, era só um esclarecimento.

No texto final fala numa distribuição equitativa pelas instituições. Este equitativo é em termos de igualdade ou em termos de necessidades que as instituições possam ter?

Quanto ao facto da recomendação acho que não há inconveniente."

Entretanto saiu da sala o Vogal Lourenço Santos.

Vogal António Salavessa:

"Em relação à votação, queria requerer que os pontos da conclusão fossem votados separadamente."

Vogal Olinto Ravara:

"Era apenas para esclarecer um aspecto que na minha intervenção me passou e que tem a ver com o preciosismo que foi aqui levantado, pelo Sr. Custódio Ramos e pelo Sr. Salavessa, e que é o seguinte: é que eu não tenho nenhuma visão despesista do orçamento. Ao fazer esta proposta não iria apresentar nenhum aumento de despesa, iria sim apresentar um aumento de uma verba destinada a determinado fim,

mas por contrapartida de verbas que estão no orçamento e que podem perfeitamente ser utilizadas."

Vogal Custódio Ramos:

"Queria reafirmar o seguinte: estou de acordo que se recomende ao Executivo que na sua primeira alteração orçamental reforçe esta verba e mais, que reforçe com cerca de 40 mil contos. Até aí voto sim! tudo o resto voto não. Se quiser desdobrar neste sentido eu voto sim! se não desdobram eu voto não!

Isto porque não compete a esta Assembleia indicar quais são os cabimentos. O que se trata é o seguinte, as competências do Executivo estão determinadas na lei, as competências desta Assembleia estão determinadas na lei. Eu não saio por princípio fora desse quadro jurídico! Tal como há dias me bati contra a bancada do CDS que não queria permitir certo tipo de alterações a determinado documento e depois acabámos por concluir que afinal até era possível, agora não posso por uma questão de princípio ser permissivo como a bancada do CDS está a ser neste momento. Portanto peço à Câmara, peço à Assembleia que atente nesta questão que é efectivamente de fundo. Por princípio sou a favor do reforço da verba em cerca de 40 mil contos. Quanto ao demais, isso é da competência do executivo, ainda que se rodeie sobre a forma de mera recomendação, mas estamos a recomendar quais os capítulos, quais as verbas e eu não posso alinhar nisso, porque isso é absolutamente ilegal."

Vogal Pedro Dias:

"Sr Presidente, uma vez mais o Sr. Custódio Ramos vem armar-se nesta Assembleia como paladino da defesa da legalidade. É o único deputado desta Assembleia que sabe e que questiona todos os demais membros, todos os outros vivem na ilegalidade, na permissividade, todos os outros desconhecem por completo o quadro jurídico em que nos movimentamos, o Sr. Custódio Ramos, encarna a legalidade."

Vogal Custódio Ramos:

Muito obrigado!

Vogal Pedro Dias:

"Não é elogio Sr. Custódio Ramos, se o interpreta assim, olhe lamento porque não é elogio..., faça-o com mágoa. A minha intervenção

era só para dizer o seguinte, eu creio que foi votada uma proposta e o que não faz sentido é estarmos agora a pretender que a proposta em vez de dizer o que diz, diga qualquer outra coisa. A proposta foi admitida, a proposta passará à discussão, passará à votação e eu continuo a dizer que esta Assembleia está no pleno exercício das suas competências aprovando as recomendações que bem entender, ainda que essas recomendações incidam sobre matérias perante as quais não tem poder deliberativo."

Presidente da Mesa:

"Dr. Olinto Ravara, concorda no desdobramento da proposta para efeitos de votação?"

Vogal Olinto Ravara:

"Não vejo qualquer inconveniente."

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o primeiro ponto da proposta, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e dois votos a favor, sendo onze votos do CDS e onze do PSD; um voto contra do PS e quatro abstenções, sendo três do PS e uma do CDS.

Seguidamente submeteu também à votação da Assembleia o segundo ponto da proposta, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e dois votos a favor sendo onze do CDS e onze do PSD, e cinco abstenções, sendo quatro do PS e uma do CDS.

Dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

Eram, 20Horas e 45 minutos.

## 2ª PARTE

Pelas 22,25 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, José Alberto Martins de Carvalho, em substituição do Secretário eleito e



com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Gabriel Ferreira Santos, José Maria Dias da Silva, Vitor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste da Silva Veiga e Libério da Silva Santos.

#### OBJECTIVO 04 - SAÚDE

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Armando Vieira: "Sr. Presidente, uma vez mais registamos com agrado por ver neste Objectivo a Unidade de Saúde de Oliveirinha, contemplada no futuro edifício Polivalente, embora tenhamos que lamentar e fazemos aqui um apelo à Câmara, porque tínhamos uma informação de que esta rubrica seria dotada com pelo menos 5 mil contos e só vejo aqui 3 mil. Tenho esperanças de que isto venha a ser reforçado."

Vogal Clara Ribeiro Costa:

" Vou falar em relação à Escola Superior de Enfermagem, dado que acho descabido falar-se num assunto destes: primeiro porque a nível nacional tem-se estado a fechar Escolas de Enfermagem, dado o excessivo número das mesmas; em segundo lugar, porque penso que não poderá no concelho de Aveiro haver uma Escola Superior de Enfermagem, dado que o curso de enfermagem tem 4 800 horas que são distribuídas entre a parte teórica e a parte de estágios. Esta parte prática é feita durante três anos em Hospitais com todas as especialidades, o Hospital

de Aveiro não tem todas essas especialidades; nas outras cidades onde foram fechadas as Escolas, foi dado a insuficiência de serviços e a má formação de técnicos de saúde. Não sei porque razão a Câmara de Aveiro fala neste Plano de Actividades na Escola. Penso que não tem razão de ser esta Escola no nosso concelho e gostava de saber como é que apareceu este projecto."

Vogal João Tavares Duarte:

"Quero agradecer ao Executivo, muito especialmente ao Sr. Presidente por ter contemplado desta vez o Centro de Saúde para Esgueira. Tem sido uma ambição desmedida da sua população, tem sido uma preocupação constante da Junta de Freguesia neste sector que participou activamente em meios, para que os terrenos fossem adquiridos para este fim. Felizmente que está no Plano de Actividades. Só esperamos que a Câmara desta vez cumpra de facto o Plano de Actividades, muito especialmente neste sector."

Não se registando mais intervenções, usou da da palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que a questão da Escola de Enfermagem nasce já numa data anterior; a ideia de se criar uma Escola de Enfermagem em Aveiro, (na altura até com uma chamada de atenção por ser a única capital de distrito que não dispunha de uma Escola de Enfermagem).

Entretanto pensa-se na criação do Instituto Politécnico, sendo ventilada a hipótese da dita escola poder integrar-se nesse Instituto. É feito contacto também a nível da Secretaria de Estado da Saúde, contacto esse que não mereceu posição negativa, antes pelo contrário mereceu algum entusiasmo na concretização deste interesse, tendo sido apontadas inclusivamente instalações para o efeito, que seriam as instalações do Centro de Saúde Mental de S. Bernardo ou instalações a construir naquele terreno. Entretanto tem-se vindo a falar no processo e de acordo com a opinião da reitoria da Universidade é intenção de instalar a dita Escola junto do Hospital, nos terrenos junto ao Instituto da Juventude, levando isto tudo a que se tenha incluído no Plano de Actividades uma proposta de estudo para a implantação da Escola de Enfermagem e portanto só após a conclusão desse estudo se poderá ter uma ideia clara sobre esta matéria.

## OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

*Handwritten notes:*  
bem  
M. J. P.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Neto Brandão:

"Relativamente a este assunto e da leitura dos considerandos tecidos a respeito do Programa 04, era tentado a formular aqui uma palavra de louvor a este Plano apresentado pelo Sr. Presidente, porém esse louvor corre sérios riscos de se transformar numa palavra de vitupério, porquanto a tradução orçamental desses considerandos, é de molde a fazer-nos crer que eles não passam de uma mera intenção: Refiro-me concretamente ao referido arranque da Alameda na Forca-Vouga. V. Ex<sup>a</sup> vem-nos informar que finalmente arrancará a Alameda da Forca-Vouga, porém na tradução orçamental apenas vemos que se concluirá o Plano de Pormenor da Alameda Forca-Vouga; ou seja, relativamente ao arranque de facto da Alameda nada vemos. Gostaríamos que V. Ex<sup>a</sup> concretizasse o que é que entende pelo arranque da referida Alameda."

Vogal Rosa Pires:

"Queria referir-me sobretudo ao Programa 02 Planeamento Urbanístico. Já o ano passado constava do Plano de Actividades o acompanhamento do estudo do Plano Regional do Ordenamento do Território. No entanto não vimos que fossem trazidas a esta Assembleia quaisquer considerações ao longo do ano sobre como estava a decorrer o PROT, isto é se estavam a ser feitas propostas que feriam os interesses do concelho ou se não estavam a ser feitas as propostas e pelo facto de não haver propostas feitas os interesses do concelho estavam a ser prejudicados. Julgo que não havendo nada por detrás disto, temo que seja uma vez mais palavras de circuntância e não é assim de facto que se faz um Plano de Actividades. O mesmo se pode passar e expresso aqui o meu receio em relação ao Plano Estratégico, porque o que foi dito ou sugerido numa sessão da Assembleia Municipal, apontava para um empenhamento activo do Executivo no questionar do nosso percurso de transformação e que isso deveria de conduzir a um envolvimento participado no Plano Estratégico. Há dias fiquei surpreso pelas palavras do Sr. Presidente, quando disse que estava suspenso de alguma maneira para não criar confusão enquanto o PDM não fosse aprovado. Mas

confusão em quê? eu acho que não pode haver confusão nenhuma! tem que haver um maior empenhamento e sobretudo quando se pensa avançar com o Plano de Urbanização da cidade que precisa obviamente de orientações e desenvolvimento, orientações essas que escasseiam no PDM, não podemos estar mais à espera que o Plano Estratégico fique parado com medo de confusões! antes pelo contrário há toda a urgência que o Plano Estratégico avance e o Executivo se empenhe activamente e faça com que as outras forças se empenhem nesse processo.

Em relação aos Planos de Pormenor que aqui são avançados em mais de uma vintena, não posso deixar de ter alguma preocupação pelo que está a acontecer. Aliás o Plano Director Municipal nas poucas questões acutilantes que tem, diz claramente "não obstante a profusão de Planos de Pormenor existentes para a cidade e zonas envolventes que a abarque na sua quase totalidade, verifica-se que nem sempre foram elaborados tendo em atenção a globalidade da área urbana, o que reflecte uma ausência de objectivação e a falta de uma estratégia concertada de qualificação urbana de que decorrem insuficiências em termos de relação entre eles". Eu pergunto o que é que o Executivo tem feito para que esta lacuna gravíssima com consequências para a qualidade urbana apontada pelo PDM, tenha sido superada e esta profusão de Planos de Pormenor consiga evitar que se caia nos erros que temos vindo a cair até aqui e que têm levado, pelas próprias palavras do PDM, a uma expansão caótica da cidade."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal João Pedro Dias.  
Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, neste Objectivo Programa 01, queria saber para quando o início deste processo, nomeadamente a construção das dez casas previstas para a freguesia de Oliveirinha e ainda da disponibilidade financeira para a aquisição de terrenos anexos à Urbanização do Picoto, com o mesmo fim.

No Programa 02 Planeamento Urbanístico, embora tímidamente, começa a implementar-se este importante trabalho na área da freguesia de Oliveirinha, o que registamos com agrado. É lamentável que de uma listagem bastante substancial, só tenhamos visto contemplado um caso, o que é manifestamente insuficiente.



Programa 03 Iluminação Pública, vejo aqui contempladas Urbanizações com melhorias de iluminação onde já existem iluminações espectaculares. Gostaria de saber porque é que por exemplo a Urbanização do Picoto, que é de uma pobreza franciscana não está aqui consagrada, apesar dos lotes estarem todos vendidos.

Programa 04, penso que tem de alguma forma o mesmo tratamento que o Programa 02, mas queria salientar que o eixo estruturante tem uma dotação financeira ridícula para uma obra de tão importante alcance para a área das freguesias que vão ser atravessadas por este eixo; cem contos penso que não dá para nada! concerteza que será só para emitir uns papéis!"

Vogal Joaquim Abreu:

"No Programa 01 Habitação, sabemos que está em curso em Eixo a construção de vinte habitações sociais que nem andam nem desandam, estão com um atraso colossal, já se anuncia neste Plano a abertura de novo concurso para mais habitações noutras freguesias, bem como a aquisição de terrenos para as freguesias mais carenciadas, como Esgueira, Cacia, St<sup>a</sup> Joana e Eixo não é contemplada, apesar da Junta de Freguesia em devido tempo, há mais de seis meses ter apontado alguns terrenos em Eixo; Azurva e Horta para habitação social. Gostaria de ser esclarecido neste ponto.

Na Iluminação pública Eixo continua com muitas deficiências, há três anos que andamos a sofrer esta situação, a população questiona e nós não sabemos a resposta que lhe havemos de dar."

Vogal João Tavares Duarte:

"No campo da habitação social, existem bastantes carências em Taboeira, Mataduços, Paço e Bela Vista.

Sugeríamos à Câmara a compra de alguns terrenos para que no futuro possam ser construídas mais habitações nesta freguesia, para contemplar as populações que têm deficiências económicas e não têm possibilidade de adquirirem habitação. A Junta de freguesia estará disposta a colaborar com a Câmara na aquisição dos terrenos, procurando e ajudando às negociações. Quis saber ainda qual o tipo de estudo que se prevê para a linha do vale do Vouga, dado aquela via férrea atravessar a freguesia com nove passagens de nível sem guarda o que tem provocado um série de acidentes mortais."

Vogal Fernando Marques:

Sr. Presidente, no Programa 01 Habitação, quero congratular-me pelo contrato assinado com a Cooperativa Chave, já que isso vem aumentar o número de habitações na freguesia da Glória, o que é importante. Relativamente a Santiago começo a preocupar-me com o excesso de concentração de agregados familiares naquela zona. Os problemas sociais são graves e penso que se continuarmos a aumentar essa mesma construção qualquer dia há alguma dificuldade em controlar. De qualquer maneira quero realçar a vantagem que há, pois habitação é qualquer coisa que falta muito na freguesia da Glória.

No Programa 03, apesar do apelo feito já há alguns anos, quero lamentar que de facto a freguesia da Glória, tem uma deficiente iluminação pública, algumas ruas da cidade estão de facto mal iluminadas, pelo que peço uma maior atenção da Câmara para este problema."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Olinto Ravara e Élio Maia.

Vogal Vitor Mangerão:

"Sr. Presidente, há aqui algumas questões que eu apenas aflorarei para tentar ficar elucidado para o futuro. Esta questão da Linha do Vale do Vouga realmente não entendo qual é o estatuto da Linha do Vale do Vouga, relativamente à responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro e gostava que isso ficasse bem clarificado neste momento, tanto mais que o que aqui está escrito é, "Estudos Complementares", ora complementares de quê?

Quanto ao projecto de reconversão, também gostava de saber se existe alguma perspectiva já certa e definitiva da reconversão, porque não é pela quantia de três mil contos, gostava eu que fossem bem utilizados, mas realmente penso é que está aqui um grande equívoco. As preocupações que o Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Esgueira enunciou são pertinentes, no entanto penso que o problema é mais global e mais profundo do que aquilo que ele disse.

Relativamente à verba destinada para adaptação dos principais eixos para a utilização por bicicletas, gostava de salientar que na minha perspectiva e de acordo com coisas que já foram ditas nesta Assembleia, julgo que à volta deste pequeno pormenor pode-se estar a jogar uma coisa de extrema importância para a filosofia de gestão desta

Câmara Municipal, ou seja, não se pode andar a brincar com a questão dos percursos pedonais ou dos arranjos para uns tipos andarem de bicicleta; ou se leva a sério e se assume isso como um distintivo da cidade, condizente com uma determinada imagem que se quer recriar ou seja uma aposta verdadeiramente na especificidade de Aveiro em termos de qualidade e é um acto de coragem e tem de ir até às últimas consequências, ou então não vale a pena andarmos a brincar com isto! eu então diria que era perfeitamente ridículo estar aqui cem contos, tanto faz estar cem contos com cem mil!, é uma coisa que eu não levo a sério, a não ser que me digam, a Câmara decidiu e isso não está escrito em parte nenhuma. Uma das pequenas grandes coisas em que Aveiro pode a curto prazo ficar diferente, em primeiro lugar para proveito dos seus próprios habitantes e em segundo lugar para reforço de um certo valor simbólico e de imagem, é por exemplo a possibilidade das pessoas andarem na rua optimamente sossegadas e à vontade, porque há bons passeios e a tradição da bicicleta numa cidade plana como Aveiro que tem tanto a ver com a sua história, é outra vez facilitada porque as ruas de Aveiro possibilitam que as pessoas andem calmamente de bicicleta. O que eu gostaria de ver era não uma justificação para os cem contos de verba, mas sim que a Câmara está realmente apostada em resolver este problema.

Relativamente à verba de dez mil contos, para reabilitação dos muros do Canal Central e arranjos envolventes, perguntou se é com esta verba que o problema se vai resolver.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Lourenço Martins dos Santos.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, era só para chamar atenção de uma disparidade de iluminação que se sente na Rua Oudinot. Queria chamar atenção do Sr. Presidente da Câmara que na Rua Oudinot, temos uma iluminação amarela em frente ao prédio envidraçado, uma iluminação de alta qualidade e a rua é escura visto que a iluminação é branca, de outra maneira queria chamar também atenção que no cruzamento da Rua Engº Oudinot, com a Rua do Carmo desde que se fizeram lá dois prédios novos tiraram os lampiões que existiam ao princípio, e nesse cruzamento a situação é mesmo de escuro, porque desde que foram construídos os prédios nunca mais colocaram lá os lampiões.

Também me sinto preocupado com o Canal Central e gostava de saber se é realmente intenção da Câmara mandar arranjar os canais ou não?"

Vogal Nuno Tavares:

Sr. Presidente, quando tratamos deste objectivo temos em vista questões importantes quanto à beleza da nossa cidade e quanto à qualidade de vida dos aveirenses. Foram aqui levantados problemas muito importantes e que estão nas preocupações de todos nós e que implicam a definição de uma filosofia.

Queria aludir muito brevemente ao projecto 07 referente também às zonas industriais. Creio que as zonas industriais para além de deverem naturalmente implantarem-se em locais previamente estudados, devem também reflectir essa mesma qualidade quanto ao seu aspecto, quanto ao seu embelezamento. Há poucos dias verifiquei que na Zona Industrial de Taboeira, rara era a empresa que para além dos difíceis acessos, também a zona envolvente era regra geral a mais descuidada possível. Não há relva, não há verde, implantam-se barracões cada um da sua côr, o formato é à escolha do cliente e assim vamos andando. Passo muito frequentemente pela Zona Industrial de Mamodeiro e de facto afligeme a falta de gosto que ali já está latente em tudo aquilo. Penso que uma zona industrial primeiro deveria de ficar longe da vista das pessoas que passam, porque normalmente não é uma zona muito bonita por força das circunstâncias, devia de estar rodeada de verde e a zona à volta de cada edifício devia de constituir obrigação do próprio empresário tratar essas mesmas zonas. No Mamodeiro vemos de facto um deserto, qualquer estrangeiro que passe ali, diz que isto não é possível, que isto não é um país europeu! Isto é um país, onde as pessoas implantam as suas empresas só para ganhar dinheiro com o maior desprezo pelo seu semelhante e pela qualidade de vida que deve constituir uma norma imperativa para todos os responsáveis. Faço um alerta à Câmara para que tome em consideração estas orientações. Devem chamar-se técnicos de urbanização para ter em atenção todos estes pormenores, todas estas questões."

Seguidamente usaram da palavra o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Vitor Silva, para prestarem os esclarecimentos tidos por convenientes às questões que foram levantadas pelos vários deputados.



## OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

No uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão pretendeu saber se a verba de cinquenta mil contos inscrita no projecto 08, rede de esgotos da zona industrial de Mamodeiro, se destina a prever o desenvolvimento de uma ETAR ou se é apenas para um sistema normal de esgotos a instalar naquela zona industrial.

Relativamente à verba de setenta e cinco mil contos, inscrita no projecto 02, Projecto - concepção/Construção e exploração do Aterro Sanitário e eco-sistemas, quis saber concretamente o que é que significa esta verba, ou seja, se existe projecto, se há uma localização, se há terrenos adquiridos etc..

Vogal António Salavessa:

"Àcerca do saneamento, penso que tudo aquilo que se faça é sempre pouco, tendo em conta o atraso relativo que ainda há no concelho nesta área. Continuamos a considerar que é necessário encarar o problema com uma atitude diferente, considerando a situação como um plano muito grato que é necessário alterar, tendo em conta não apenas a qualidade de vida da população que ainda não é servida, mas também a perspectiva mais geral de preservação do ambiente, já que nós levantamo-nos contra, por exemplo contra aterros que querem construir no limite do concelho que apresentam alguns riscos sérios mas remotos para o meio ambiente, mas depois deixamos continuarem acontecer infiltrações, escorrências, que contaminam os nossos lençóis hídricos e deixamos continuar o vazadouro para a Ria de Aveiro, continuando a degradação deste meio.

Em relação aos resíduos, gostava que me fosse explicada qual é a ideia dos Eco-Centros, o que é isto dos Eco-Centros, quantos e o quê; porque se a ideia é agora pretender que os munícipes na sua generalidade se desloquem em meia dúzia de locais para entregar os resíduos de grande dimensão, não acredito que isso aconteça com facilidade. Penso que com mais facilidade o deixam na primeira esquina do que deslocarem-se e transportá-lo até um determinado destino,

infelizmente é assim que as coisas acontecem. Daí que considero que é fundamental que continue um serviço da Câmara de transporte e remoção deste tipo de objectos quando o município assim o pretende; mais, entendo que devia de ser feita maior divulgação desta possibilidade, de a própria Câmara ou os serviços irem a casa das pessoas recolher objectos que eventualmente serão deitados para a via pública, contribuindo para as lixeiras. Entendo também que além da continuação deste serviço, que considero fundamental, há também que contribuir para que a melhoria da consciência ambiental e ecológica, que começa a haver e se está a desenvolver a partir das gerações mais novas, é preciso que haja depois ao nível do equipamento da cidade, do concelho, resposta a esta elevação da consciência ambiental. É necessário que os sistemas de recolha selectiva de plásticos, de latas, de alumínio, pilhas etc, seja de facto criado, mesmo que eventualmente ainda não se saiba que destino é que esses sistemas terão, porque é preferível começar desde já a fazer essa recolha, mesmo que depois infelizmente o destino também seja o aterro em relação a alguma destas matérias, do que deixar que as crianças que têm educação na escola para fazer o tratamento selectivo dos resíduos, que depois não têm maneira de dar vazão a essa educação que recebem, portanto é fundamental que vão sendo criados estes sistemas alternativos.

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, neste objectivo quero pôr uma questão muito clara à Câmara que é a seguinte: está-se a proceder à recuperação da E.N.335, e vejo citada de uma forma pouco clara que se vai recuperar e vai-se instalar rede de esgotos na EN 335 entre Aradas e Quintans. E a pergunta é esta: entre Quintans início, como aconteceu sempre nas reparações que foram feitas nesta estrada ou entre Aradas e Quintans, que coincide com o limite do concelho de Aveiro. É preciso lembrar que naquele troço de 250 m, morreram dezassete pessoas em cinco anos, já que este troço é uma perfeita armadilha.

Na questão dos Eco-Centros, fico satisfeito por a Câmara de Aveiro implementar este tipo de infraestruturas que eu penso que é de extrema utilidade para as populações e de que foi arauto, façamos justiça, o nosso homem da Maia, Professor, Vieira de Carvalho e que tem nesse aspecto um trabalho exemplar desenvolvido. E a pergunta é esta: serão os rurais mais uma vez discriminados nestes Eco-Centros? seremos todos

contemplados ao mesmo tempo? e onde é que serão colocados esses Eco-Centros?

Na higiene pública, temos que fazer uma crítica fortíssima à Câmara, porque a situação é catastrófica nesta área; a recolha de lixo é manifestamente insuficiente e desde há muito tempo; os contentores na sua esmagadora maioria estão vergonhosamente degradados, quando é que se resolve esta situação?

E aqui entra uma outra questão que tem sido uma luta e que me tem sido muito cara e penso que a todos os Presidentes de Junta, que é a limpeza das valetas. Uma vez que não foi conseguido um objectivo que era um desejo de todos os Presidentes de Junta, que era a manutenção das transferências da Câmara para as freguesias ao nível de 94. Mais uma vez tenho que saudar a atitude correctíssima do Presidente da Junta da Glória e da Vera Cruz, que assumiram ficar de fora dessa vantagem, porque reconheciam que era justíssimo que as freguesias rurais tivessem essa vantagem, tal não foi considerado, os Srs não me levarão a mal, mas eu acho que isso foi uma prova de desconsideração pelo conjunto das freguesias, de todos os membros da Câmara incluindo os da oposição, foi uma prova de desconsideração pelas freguesias.

Relativamente aos Cemitérios, é muito urgente a ampliação do Cemitério de Oliveirinha, uma vez que está atingir o limite da sua capacidade."

No uso da palavra o Vogal João Tavares, chamou atenção para a poluição que a Propinave, empresa instalada na zona industrial de Taboeira, está a provocar não só nas valas hidráulicas, como também na própria atmosfera, pelo que a Câmara deve tomar medidas tendentes a resolver este problema.

Seguidamente o Vogal Custódio Ramos, quis saber se a Câmara abriu concurso público para a adjudicação do contrato de concessão do Sistema de Recolha dos Resíduos Sólidos e no caso de ser verdade porque é que não submeteu este assunto à Assembleia Municipal. De igual modo quis saber ainda se os munícipes vão ter que pagar taxa sobre este Sistema.

Usando novamente da palavra o Vereador Vítor Silva, entre outras explicações referindo-se à zona industrial de Mamodeiro, disse que

os 50 mil contos se destinam à rede de saneamento da própria zona industrial.

Relativamente ao problema do aterro sanitário e à verba destinada aos Eco-Centros, disse que a Câmara tem uma lixeira com todos os inconvenientes que daí derivam. Acrescentando que neste momento está a ser feito um estudo, ao qual chama de "Plano Director de Resíduos Sólidos" e que também o pretende trazer à Assembleia Municipal para apreciação, o qual prevê o aterro sanitário com todas as projecções que a lei determina, com recolha e tratamento de lixiviados, com compactação etc, mas que passa também pelos Eco-Centros e pela recolha selectiva.

Esclareceu que os Eco-Centros servem para fazer a recolha e a selecção dos lixos, o Gabinete de Planeamento da Câmara já estudou alguns locais e já tem algumas propostas, todavia neste momento ainda não se sabe quais são exactamente esses locais.

Finalmente e no que se refere à questão do saneamento até às Quintans disse que o assunto irá ser objecto de um estudo com vista a levar o saneamento até ao limite do concelho e que na altura própria será equacionado esse problema.

### **OBJECTIVO 07 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL**

No uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão quis saber o que é que pensa o Executivo Municipal relativamente a esta matéria.

O Vogal João Peixinha, quis saber se há algum plano ou estudo feito para a zona da Beira-Mar no que respeita a segurança.

No uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por dizer que a protecção civil tem que ser vista numa perspectiva macro e micro e que em cada canto nesta cidade pode surgir um grave problema nesta matéria, isto porque há estabelecimentos que são autênticos armazéns de vernizes, de diluentes, de tintas etc., autênticos barris de pólvora que perante um mero curto-circuito podem deitar pelos ares um quarteirão da cidade ou mais. Perguntou por isso à Câmara que providências é que tem tido nesta matéria e quais as que pensa tomar,



nomeadamente mandar proceder a vistorias, tendo em conta a segurança desses estabelecimentos, dos trabalhadores desses estabelecimentos e dos moradores dessa zona; quem diz estabelecimentos, diz armazéns, drogarías etc..

Considerou tratar-se de um assunto importante, já que há pequenos estabelecimentos que estão licenciados apenas para mero mostruário e transformam-se em autênticos armazéns perigosíssimos para quem passa e para quem mora nas redondezas. Pelo que requereu à Câmara providências nessa matéria.

Seguidamente no uso da palavra e referindo-se à Polícia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, começou por dizer que se trata de uma preocupação antiga da Câmara Municipal, a qual tem vindo a debruçar-se sobre o assunto, no entanto a legislação até então vigente não permitia a criação de Polícias Municipais, exceptuando as cidades do Porto e Lisboa.

Neste momento falar-se de Polícia Municipal, resulta do facto de haver uma abertura e de se prever uma transferência de competências do Poder Central para o Poder Local, em termos de Polícia Municipal. Nestas circunstâncias aquilo que tem sido feito e que tem sido de facto trabalhado pelo Sr. Vereador Albuquerque Pinto, é apenas um estudo preparatório, com vista a dispôr-se de alguns elementos, para que na oportunidade, se vier de facto a criar-se este corpo de polícia, existam alguns elementos.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Albuquerque Pinto, esclareceu que saiu legislação que cria as Polícias Municipais, porém essa legislação remete para decretos regulamentadores toda a matéria que diz respeito a formação, instrução, treino, fardamentos e armamentos a utilizar pelas Polícias Municipais a nível Nacional. Acrescentou que a Câmara de Aveiro tem desenvolvido algum trabalho no âmbito desta matéria, para quando sair essa legislação regulamentadora formar a sua Polícia Municipal e nessa altura, de acordo com a lei, apresentará um projecto a esta Assembleia.

Relativamente aos acessos à Beira-Mar, informou que os Bombeiros Novos estão equipados com duas viaturas capazes de operarem na zona da Beira-Mar.

No que se refere às vistorais dos armazéns, disse que a secção municipal da Protecção Civil não tem essa competência, essa competência é da distrital da Protecção Civil, a secção municipal da protecção civil limitar-se-á a cumprir as determinações que lhe forem veiculadas pela distrital. Finalmente referiu que a protecção civil está a dar os primeiros passos, razão pela qual ainda não tem grandes verbas para poderem ser comentadas nesta Assembleia.

Vogal Cruz Tavares:

"Quando da discussão desta questão há anos, houve dois argumentos que nós aduzimos contra a ideia da polícia; um deles está ultrapassado o outro não está. O primeiro argumento é que a criação de uma polícia municipal iria aumentar e muito os poderes do então Presidente da Câmara, que já tinha imensos, uns exercidos de maneira correcta, outros exercidos de uma maneira que extravasavam a sua competência. Dissemos aqui na altura que não gostaríamos de ver o então Presidente, também acumular as suas funções com as de Chefe de Esquadra. O outro argumento foi retirado de uma analogia com outras polícias, não com polícias de outros concelhos nacionais, mas com polícias deste nível que exerciam já há longos anos no estrangeiro. Falámos do caso da polícia estadual norte americana e da polícia federal. A uma escala naturalmente muito mais reduzida, nós levantámos a questão de que a Polícia Municipal poderia passar a ter uns defeitos muito semelhantes àqueles que estão a ser detectados e que são sentidos por toda a população norte americana, que é o da polícia estadual ser muito ineficaz na medida em que são pessoas que são muito vulneráveis a relações de amizade, até de parentesco com os eventuais delinquentes. Isso concertiza numa pequena cidade como Aveiro era um factor que poderia inclusivamente criar logo à partida uma imagem de ineficácia nessa polícia. Destes dois factores, o primeiro felizmente está eliminado, mas o segundo factor mantém-se e eu não vejo que todas as funções que serão transferidas para essa polícia não sejam passíveis de ser cometidas ou assumidas por duas entidades que actualmente já existem; uma é a própria PSP, outra é os Fiscais actuais da Câmara. Se há poucos podem-se fazer mais, concertiza com menos gastos do que a criação de uma nova polícia e se eles estão mal instruídos podem-se instruir com

despesas muito inferiores há instrução total de uma nova polícia municipal."

Vogal Custódio Ramos:

"Sobre a questão dos estabelecimentos perigosos respeito a opinião do Sr. Vereador, mas efectivamente a mim não me importa saber qual é o pelouro que tem essa competência. A Câmara no seu todo, o município tem competência para intervir e eu peço que intervenha e não precisa de fazer o levantamento na óptica da defesa civil que aqui está neste enquadramento; é no exercício normal das competências do licenciamento de uma Câmara Municipal.

No que toca às polícias não está em causa hoje a sua discussão, o que se me oferece para já é dizer o seguinte: a Câmara de Aveiro ultrapassa a Associação Nacional de Municípios, toma a dianteira, tomei agora conhecimento de que afinal até apresentou já o projecto de farda, sem que esta Assembleia tivesse dado a sua opinião. A Câmara de Aveiro apresenta-se como arauta de uma implementação e sem previamente ter colhido a vontade municipal, vontade essa que não resulta só da mera votação camarária, avança com este projecto.

No que toca às competências oportunamente se esse projecto for avante teremos oportunidade de o discutir.

### **OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E** **ABASTECIMENTO PÚBLICO**

Usando da palavra o Vogal Raul Martins, referiu-se ao programa 03 Turismo, para tecer algumas críticas relativamente à forma como esta matéria tem vindo a ser tratada. Disse ainda que, como a Câmara Municipal de Aveiro faz parte da Comissão Regional de Turismo e sabendo que já foi votado e aprovado o Plano para 95 da Rota da Luz e sabendo também que houve uma reunião com representantes do concelho com vista à sua dinamização em termos de benefícios turísticos, quis saber até que ponto os nossos representantes se bateram efectivamente pelos interesses do concelho, bem como aquilo que foi aprovado na Rota da Luz.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Rosa Pires, disse que no âmbito deste objectivo e relativamente aos vários programas nada é dito como é que essas acções nomeadamente as acções para as zonas industriais contribuem para uma política industrial. Prosseguindo, salientou que já no ano transacto quando comentou o Plano de Actividades, disse que não se apresentavam razões de ser, nem grandes metas para se atingirem os objectivos, considerando por isso, que cabe trazer aqui novamente o mesmo tipo de observação.

O facto da maioria das decisões terem de ser tomadas rapidamente, faz sobressair a necessidade de haver um conjunto de propostas, de linhas de orientação claras onde as decisões mais rápidas encontrem enquadramento, acolhimento e objectivação e ganhem coerência em vez de se auto anularem mutuamente se reforçam mutuamente. Por isso, disse que gostaria de saber qual é o momento que a Câmara encontra para definir essas grandes linhas de orientação; parecendo-lhe que o momento oportuno é o Plano de Actividades, em que tem que se dizer quais são os pontos fracos, quais são os pontos fortes do município, quais são as grandes oportunidades que se estão a abrir, quais são os problemas com que o município é confrontado e a partir desta problematização definir programas de acção e as acções concretas que contribuem para essa solução. Acrescentou que mais uma vez este Plano é absolutamente carente neste aspecto e se tem aspectos positivos que já foram aqui revelados, tem aspectos negativos. Poder-se-á argumentar que até agora tem-se trabalhado neste sistema com alguns resultados e que os Planos têm sido bons e que têm sido votados sucessivamente pelo Partido que está no poder, no entanto isso pressupõe algo que está profundamente errado, pressupõe que os problemas que o município encontra e se confronta no futuro são exactamente os mesmos que o passado e portanto a mesma estratégia é eficaz em relação a esses problemas. No entanto há outros problemas fundamentais hoje para Aveiro que exigem uma abordagem diferente, abordagem a que este Plano de Actividades não satisfaz, não é adequado e por isso não se pode continuar a silenciar este processo, apoiá-lo e a dizer que está bem porque é insuficiente.

Finalmente considerou que este Plano tem que ser o último de uma tradição de não abordagem de linhas orientadoras.



Usando seguidamente da palavra o Vogal Armando Vieira, chamou atenção para a necessidade de se implementar a zona industrial de Eixo, uma vez que a mesma tem muito a ver com a freguesia de Oliveirinha.

Relativamente às Feiras, disse lamentar não ver contemplada a necessária expansão, reordenamento e higienização da Feira de Oliveirinha, pelo que solicitou o apoio da Câmara Municipal.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, referindo-se ao Programa 04 Mercados e Feiras, começou por dizer que por vezes há ideias que sem nunca terem sido discutidas a fundo e consequentemente tenham produzido decisões, há força de serem repetidas e lançadas de forma subreptícia vão criando condições para o facto consumado. É o caso concreto da afirmação da possível desactivação do Mercado Manuel Firmino. Disse não saber o que é que leva a Câmara a falar dessa desactivação uma vez que ao nível da Assembleia ainda não houve uma discussão a sério sobre esta matéria. Por isso reafirmou que não se pode falar em desactivação do Mercado Manuel Firmino, sem que seja discutida alternativa para os habitantes da Freguesia de Vera-Cruz, exactamente num momento em que se pensa instalar naquela zona as urbanizações do Cojo e junto à Fábrica Pereira Campos. Considerou por isso que, sem que haja alternativa não se pode pedir à população da Beira-Mar que tenha que se deslocar a Esgueira ou a Santiago para fazer as suas compras.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Manuel António, começou por dizer que este objectivo é muito semelhante ao dos anos anteriores, todavia em sua opinião o mesmo contém algumas rubricas que poderão fazer a diferença para melhor. Salientou nomeadamente a criação dos percursos rurais de interesse turístico, importante não só para os munícipes como para o Turismo a exemplo daquilo que já se faz em qualquer concelho do interior.

Outra rubrica que em sua opinião poderá eventualmente ser interessante é se a verba de dez mil contos destinada a incentivos de animação turística de apoio à festa da Ria não for gasto somente com as festas da Ria, mas também em projectos de animação turística, publicitação, chamando as pessoas para investirem em projectos turísticos, devendo a Câmara apoiar esses projectos turísticos, criar-se um

regulamento etc; considerando tudo isto um passo bastante positivo na implementação de infraestruturas turísticas de que Aveiro não dispõe.

Finalmente considerou exagerada a verba de nove mil e quinhentos contos, destinada a animação turística.

No uso da palavra o Vogal João Barbosa, começou por referir que ao fazer-se uma comparação dos Planos de 94 e 95 em matéria de Turismo, chega-se à conclusão que de facto o grande problema que existe é a falta de sensibilidade para um produto tão relevante da economia nacional. Referiu que na última discussão do Plano de 94 sugeriu-se um debate sobre turismo. Entende que se deve quanto antes promover um debate sobre o Turismo que temos e o Turismo que queremos. Tal debate em sua opinião deverá ser extensivo a todos os interessados ligados ao problema do Turismo. Salientou que em matéria de turismo Aveiro tem a Av. Dr. Peixinho que é das avenidas mais espectaculares para se fazer qualquer projecto de animação turística, lamentando que até hoje nada se tenha feito nesta avenida. Finalmente sugeriu à Câmara para que a próxima Feira do Livro seja efectuada naquela Avenida.

No uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, começou por dizer que para si a questão do desenvolvimento económico continua a ser uma das questões centrais do município eternamente adiadas; os contributos da Câmara para esse desenvolvimento têm sido em sua opinião, claramente marginais face ao peso de instituições do Estado, como a Universidade, Hospital, Porto de Aveiro e mesmo as acessibilidades que continuam a ter um papel preponderante no desenvolvimento económico do nosso concelho; isto por um lado e por outro face à força da iniciativa privada no comércio, na indústria, na construção e nos serviços, mas nem sempre direccionadas no melhor sentido face às necessidades do concelho e muitas vezes em desrespeito pelo ambiente e pelo correcto ordenamento do território. Salientou que o desenvolvimento futuro da economia do nosso concelho passa não só pela criação de um novo Centro de Feiras e Exposições, novos mercados, novas zonas industriais, correctamente delineadas, mas também e sobretudo pela criação de um esquema de incentivos municipais à criação de novas indústrias, de preferência com tecnologias de fim de linha em termos ambientais e de uma oferta turística de qualidade que explore convenientemente a excelente paisagem em que Aveiro se insere. Referiu que quando fala num

esquema de subsídios municipais está a pensar num esquema não só financeiro, mas também de natureza fiscal e até de concessão de terrenos que seja complementar aos esquemas nacionais de apoio à actividade produtiva e que estão profusamente divulgados, tanto no Orçamento de Estado como no Quadro Comunitário de Apoio. Disse pensar ainda, que o Plano de Desenvolvimento Estratégico que vai ser elaborado, dará finalmente uma resposta a esta prolongada ausência de uma verdadeira política de desenvolvimento económico do concelho e até lá, disse ficar com a clara convicção de que este é um dos objectivos mais pobres que encontrou neste Plano de Actividades.

No uso da palavra o Vogal João Peixinha, quis saber se a verba inscrita de três mil contos se destina à construção do Parque de Campismo da Cidade, há tantos anos esperado, e em caso afirmativo onde é que o mesmo se vai implantar.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, disse que em relação à questão do desenvolvimento económico do município, existe uma linha de rumo do passado que a Câmara actual não tem vantagem nenhuma em continuar a respeitar os princípios que no passado enformaram a política do município em relação ao desenvolvimento económico do concelho. Saliou que é do conhecimento geral que o desenvolvimento tem um vector fundamental de base, que é a acção das empresas, os empresários e os trabalhadores. Acrescentou que em relação a esta noção básica, acontece que no passado não tem havido acções de incentivo em relação às empresas, bem pelo contrário, parecendo até chocante esta ideia; no entanto nesta Assembleia foi dito no passado que, por exemplo, os empresários aveirenses são ou eram na altura incapazes de promoverem a criação de uma zona industrial. Foi necessário uma Câmara liderada por alguém dotado de "poderes quase sobrenaturais" para que nascesse em Aveiro uma zona industrial, como se fosse possível algum empresário ou alguma associação de empresários poder por ela própria criar uma zona industrial por mais pequena que fosse.

Prosseguindo, disse pensar que na área do desenvolvimento económico é necessário, não que a Câmara promova o desenvolvimento social, mas apenas que crie condições para que os verdadeiros agentes do desenvolvimento, tenham condições de facto para trabalhar.



Finalmente e relativamente a uma afirmação feita neste órgão já por várias vezes, não só pela sua bancada como também por outras bancadas, sobre a necessidade imperiosa e urgente, para a cidade, para o seu prestígio etc, de se criar um Centro de Feiras e Exposições, é de opinião que em Portugal existem hoje Centros de Exposições e de Feiras largamente superiores às necessidades da indústria e da economia Portuguesa. Existe a Expo Norte 1, a Expo Norte 2 e a FIL, que são já excedentárias para as necessidades Portuguesas, sendo por isso, perfeitamente inviável pensar-se na criação de mais Centros deste tipo, que tenham apenas objectivos municipais ou até distritais. Em sua opinião só são viáveis os que tenham vocação nacional e esses já são excedentários.

Não se registando mais intervenções usou novamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara que entre outros esclarecimentos que prestou às questões que entretanto foram levantadas, disse que em relação à Rota da Luz, se a Câmara vier a chegar à conclusão de que aquele organismo não serve os interesses do concelho, então não valerá a pena existir e que nessa altura a Câmara Municipal terá que assumir a problemática do Turismo, criando a sua própria estrutura para dar uma resposta capaz no âmbito desta matéria.

No que se refere ao desenvolvimento económico, admitiu vir a alterar toda a filosofia que tem estado subjacente até ao momento, encarando o desenvolvimento económico de outra maneira, com outra visão, apoiando empresários, preparando zonas industriais com terrenos mais baratos para que os empresários tenham alguma facilidade em se instalarem.

Relativamente à questão da desactivação do Mercado Manuel Firmino, disse que a sua desactivação não será feita a curto prazo, mas só depois de se estudarem as várias hipóteses de aproveitamento daquele espaço.

Em matéria de Parques e Exposições, disse que este assunto irá ser alvo de um estudo que será apreciado pela Câmara e em sua opinião deverá ser um Parque que tenha em conta as necessidades de Aveiro. Acrescentou que este Centro de Exposições não deverá ser municipal, terá que se criar um sociedade que incluirá todos os sectores



representativos da actividade económica, sociedade essa que irá fazer a gestão desta infraestrutura.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 1Hora e 20 minutos do dia 29.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, a qual, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

